

DIÁRIO DO GOVERNO



A correspondência oficial da capital e das províncias, franca de porte, bem como os periódicos que trocarem com o Diário, devem dirigir-se a Imprensa Nacional.

Anunciam-se todas as publicações literárias de que se receberem na mesma Imprensa dois exemplares com esse destino.

Assinaturas por ano 18\$000
Ditas por semestre 10\$000
Anúncios, por linha 60
Comunicados e correspondências, por linha 80
Número avulso, cada folha de quatro páginas 40

Em conformidade da carta de lei de 24 de Maio e regulamento de 9 de Agosto de 1902, cobrar-se hão 10 réis de selo por cada anúncio publicado no Diário do Governo

A correspondência para a assinatura do Diário do Governo deve ser dirigida à Administração Geral da Imprensa Nacional. A que respeitar à publicação de anúncios será enviada à mesma Administração Geral, devendo em qualquer dos casos vir acompanhada da respectiva importância.

SUMÁRIO

MINISTÉRIO DO INTERIOR:

Leis de 11 de Maio:
Isentando do imposto de consumo a carne esterilizada.
Autorizando o Governo a suprir o deficit com que se salda o primeiro orçamento suplementar para a gerência do Hospital de S. José em 1911-1912.

Decretos de 11 de Maio:
Autorizando a Comissão Administrativa do Município de Baião a contrair um empréstimo para as obras de reconstrução dos paços do concelho.
Autorizando a Comissão Administrativa do Município de Aljustrel a aplicar parte do seu fundo de viação a despesas urgentes de conveniência pública.
Declarando urgentes várias expropriações nos concelhos de Fafe e Póvoa de Varzim para alargamento de vias públicas.

Despachos pela Direcção Geral da Administração Política e Civil, sobre movimento de pessoal.

Despachos e declarações acerca de despachos pela Direcção Geral da Instrução Primária, sobre movimento de pessoal.

Portarias de 10 de Maio:
Mandando proceder a um inquérito aos actos do director da escola de ensino normal de Viana do Castelo.
Louvando o cidadão português Caetano Marcelino, residente no Estado da California, e uma comissão de cidadãos organizada na freguesia de Junceira, por serviços relevantes prestados à instrução popular.

Despacho convertendo em mixta a escola masculina da freguesia de Góios.

Rectificação ao anúncio de concurso para provimento de escolas primárias publicado no Diário n.º 107.

Portaria de 13 de Maio, nomeando uma comissão de inquérito e fiscalização dos donativos escolares.

Despachos pela Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, sobre movimento de pessoal.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:

Despacho concedendo às escolas primárias do distrito de Castelo Branco os lapis, penas e papel escolar existentes no espólio do Colégio de S. Fiel.

Despachos criando postos de registo civil.

Despachos sobre movimento de pessoal de registo civil.

Despachos pela Direcção Geral da Justiça, sobre movimento de pessoal.

Despacho mandando proceder a um inquérito na Penitenciária Central de Lisboa.

Despacho transferindo para os juizes de direito das respectivas comarcas o julgamento das transgressões de posturas dos concelhos de Meda, Leiria e Boticas.

Decretos de 11 de Maio, proibindo o pároco da freguesia de Argoncilhe de residir durante um ano dentro dos limites do respectivo distrito, e um presbítero do concelho da Feira de residir durante seis meses dentro dos limites deste concelho.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS:

Lei de 11 de Maio, isentando os administradores de concelho, nomeados posteriormente a 5 de Outubro de 1910, do pagamento de direitos de mercê, emolumentos e selo, pelo seu provimento.

Habilitações para levantamento de créditos.

Decreto de 13 de Maio, aprovando o regulamento dos serviços de avaliação da propriedade rústica e urbana, apenso ao mesmo decreto.

Decretos de 4 de Maio, resolvendo os recursos n.ºs 13-811 e 13-882, sobre matéria de contribuições.

Despachos pela Direcção Geral das Contribuições e Impostos, sobre movimento de pessoal.

Fôlha de abonos de trabalhos extraordinários a empregados em serviço nos distritos fiscaes de Lisboa.

Rectificações a despachos pela Direcção Geral das Alfândegas, sobre movimento de pessoal.

MINISTÉRIO DA GUERRA:

Regulamento do concurso literário comemorativo da Guerra Peninsular.

MINISTÉRIO DA MARINHA:

Decreto de 4 de Maio, mandando regressar ao serviço um segundo tenente da armada na situação de licença ilimitada.

Despachos pela Majoria General da Armada, sobre movimento de pessoal.

Portaria de 11 de Maio, aumentando a lotação da canhoneira *Chaimite*.

Portaria de 6 de Maio, exonerando do respectivo lugar o patrão-mor do Departamento Marítimo do Sul.

MINISTÉRIO DO FOMENTO:

Decretos de 11 de Maio:
Mandando proceder à construção de lanços de estradas nos distritos de Coimbra e Portalegre.
Provendo os lugares de agrónomos dos distritos de Angra do Heroísmo e Ponta Delgada.
Mandando realizar em várias épocas e localidades exposições pecuárias regionais com prémios para determinadas espécies.

Nota da classificação dos candidatos no concurso para chefes de conservação dos serviços de obras públicas.

Alvará de 11 de Maio, concedendo a propriedade duma mina de ferro, situada no concelho de Odemira.

Édito para concessão dos diplomas ao descobridor duma mina de estanho, situada no concelho de Pinhel.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS:

Decretos de 11 de Maio:
Provendo vários lugares de primeiro e segundo aspirante do quadro aduaneiro de Angola e S. Tomé e Príncipe e confirmando nos respectivos lugares um primeiro e um segundo aspirante do mesmo quadro.
Aposentando o fêl de armazéns do círculo aduaneiro da costa oriental de Africa.

CONGRESSO:

Câmara dos Deputados, projectos e propostas de lei:
Autorizando o Município de Montemor-o-Novo a contrair um empréstimo para a realização de determinados melhoramentos.
Autorizando o estabelecimento duma zona franca no Funchal. Determinando que 1 por cento dos impostos camarários no Funchal reverta a favor do Hospital da Misericórdia da mesma cidade.
Autorizando a Junta Geral do distrito do Funchal a contrair um empréstimo para construção de estradas.
Tornando obrigatória a instalação de aparelhos de telegrafia sem fios a bordo dos vapores portugueses que tenham acomodações para mais de cinquenta passageiros.
Criando um instituto colonial em Lisboa.
Autorizando o Governo a vender à Companhia Bairro Camões parte dos terrenos da cêrca do Manicómio Bombarda.

TRIBUNAIS:

Supremo Tribunal de Justiça, tabela dos feitos que hão-de ser julgados na sessão de 17 de Maio.

AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS:

Administração do 2.º bairro de Lisboa, aviso acerca do achado da quantia de 15\$000 réis.
Liceu de Camões, aviso para exames.
Mercado Central de Produtos Agrícolas, esclarecimento ao anúncio sobre exportação de azeite nacional, publicado no Diário n.º 108.
Capitania do porto de Lisboa, boletim do movimento da barra.
Estação Telegráfica Central de Lisboa, boletim do movimento das barras.

AVISOS E PUBLICAÇÕES.

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS.

SUMÁRIO DOS APÊNDICES

N.º 149 — Cotação dos fundos públicos nas Bolsas de Lisboa e Porto, em 10 de Maio.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Direcção Geral da Administração Política e Civil

Em nome da Nação, o Congresso da República Portuguesa decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º Fica isenta do imposto de consumo a carne esterilizada quando tratada, em matadouro em que haja inspecção veterinária regular e sendo vendida directamente por conta do município.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Os Ministros do Interior, das Finanças e do Fomento a façam imprimir, publicar e correr. Dada nos Paços do Governo da República, em 11 de Maio de 1912. — *Manuel de Arriaga* — *Silvestre Falcão* — *Sidónio Bernardino Cardoso da Silva Paes* — *José Estêvão de Vasconcelos*.

Para os devidos efeitos se publicam os seguintes despachos:

Maio 11

Bacharel António Soares de Campos — exonerado, como pediu, de administrador do concelho da Pampilhosa. — João Teles da Cunha Valente — exonerado, como pediu, de administrador substituto do concelho da Guarda.

Direcção Geral de Administração Política e Civil, em 13 de Maio de 1912. — O Director Geral, *Ricardo Paes Gomes*.

Sob proposta do Ministro do Interior e nos termos do artigo 55.º, n.º 1.º, do Código Administrativo de 4 de Maio de 1896: hei por bem autorizar a Comissão Administrativa do concelho de Baião a contrair um empréstimo na importância de 5:000\$000 réis, ao juro anual de 6 por cento, amortizável em quinze anuidades, garantidas pelo produto de 10 por cento das suas percentagens sobre as contribuições directas do Estado, a fim de fazer face às despesas resultantes da reconstrução do edificio dos Paços do Concelho, que em parte fôra destruído pelo incêndio que no mesmo se dera em 1 de Março de 1911.

O Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Dado nos Paços do Governo da República, em 11 de Maio de 1912. — *Manuel de Arriaga* — *Silvestre Falcão*.

Sob proposta do Ministro do Interior: hei por bem autorizar a Comissão Municipal Administrativa do concelho de Aljustrel a desviar do respectivo fundo de viação, depositado na Caixa Geral de Depósitos, a quantia de réis 1:690\$000, para aplicar a despesas legais, urgentes e de conveniência pública, visto não poder ocorrer a estas despesas pelas suas receitas ordinárias.

O Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, em 11 de Maio de 1912. — *Manuel de Arriaga* — *Silvestre Falcão*.

Sob proposta do Ministro do Interior, e nos termos da carta de lei de 23 de Julho de 1850: hei por bem declarar urgente a expropriação, requerida pela Comissão Administrativa Municipal do concelho de Fafe, da chamada capela dos «Liais» e recinto vedado, cujo terreno é necessário à regularização do largo em que incidem a Rua Machado dos Santos, Rua Nova e Travessa da «adeia», na forma declarada nas plantas que, com este decreto, baixam autenticadas.

O Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, em 11 de Maio de 1912. — *Manuel de Arriaga* — *Silvestre Falcão*.

Sob proposta do Ministro do Interior, e nos termos da carta de lei de 23 de Julho de 1850: hei por bem declarar urgente a expropriação requerida pela Comissão Administrativa Municipal do concelho da Póvoa de Varzim, de 42^m3,09 de terreno, dum prédio pertencente a António da Silva Campos, com destino ao alargamento da Rua da Senra, na mesma vila, na forma declarada nas plantas que, com este decreto, baixam autenticadas.

O Ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, em 11 de Maio de 1912. — *Manuel de Arriaga* — *Silvestre Falcão*.

Direcção Geral da Instrução Primária

2.ª Repartição

Por despacho ministerial de 10 do corrente mês: Severo Pires Marinho, professor da Escola Normal de Lisboa para o sexo feminino — concedidos sessenta dias de licença por motivo de doença. (Tem de pagar os respectivos emolumentos).

Direcção Geral da Instrução Primária, em 11 de Maio de 1912. — Pelo Director Geral, *João Augusto Caldeira Rebêlo*.

Tendo sido chamada a atenção da Direcção Geral da Instrução Primária para factos irregulares praticados na Escola de Ensino Normal de Viana do Castelo, que dizem respeito ao director daquele estabelecimento de ensino, e tornando-se urgente para a boa disciplina daquela escola, inquirir acerca daqueles factos: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Interior, que para esse efeito seja nomeado professor do 4.º grupo do Liceu de Braga, Abel Ferreira Loff.

Paços do Governo da República, em 10 de Maio de 1912. — O Ministro do Interior, *Silvestre Falcão*.

Tendo chegado ao conhecimento do Governo da República Portuguesa que o benemérito cidadão Caetano Marcelino, actualmente domiciliado em Creta, Nebraska, Estado da California, ofereceu a quantia de 100\$000 réis para a aquisição de material didático e biblioteca escolar para a escola do sexo masculino da Ilha do Corvo, circulo escolar da Horta, donde é natural: manda o mesmo Governo que, pelo Ministro do Interior, seja dado público testemunho de louvor ao indicado cidadão pelo acto de benemerência que praticou em favor do desenvolvimento da instrução popular.

Paços do Governo da República, em 10 de Maio de 1912. — O Ministro do Interior, *Silvestre Falcão*.

Tendo chegado ao conhecimento do Governo da República Portuguesa, que uma comissão composta dos cidadãos da freguesia de Junceira, concelho de Tomar, Augusto dos Reis, presidente; José Alves, José Joaquim Alves, Joaquim Nunes Filipe, Ricardo Baptista Bento, José Lopes Ambrósio, Joaquim Nunes Quinta, Joaquim Nunes Sarroeira, António Vicente Narciso, José Gaspar, José António Firmino, Manuel Baptista, João Nunes Cartaxo, António Gaspar, Manuel Luís, Isidro do Brito e regedor Manuel Nunes Filipe, ofereceram à escola do sexo feminino da referida freguesia, material e mobiliário indispensáveis ao funcionamento: manda o mesmo Governo que, pelo Ministro do Interior, seja dado público testemunho de louvor a tão beneméritos cidadãos, pelo acto de benemerência que praticaram em favor do desenvolvimento da instrução popular.

Paços do Governo da República, em 10 de Maio de 1912. — O Ministro do Interior, *Silvestre Falcão*.

Para os devidos efeitos se publica que tem o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 7 do corrente mês, o alvará que nomeou professora interina da escola anexa à do ensino normal, de Évora, Adozinda dos Anjos Cordeiro Rosado.

Direcção Geral da Instrução Primária, em 13 de Maio de 1912. — Pelo Director Geral, *Caldeira Rebêlo*.